

- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



EDITAL

INFORMAÇÕES GERAIS

EDITAL Nº	086/2023
PROCESSO Nº	151/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	032/2023
OBJETO	Contratação de empresa especializada para segurar a frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo I.
DATA SESSÃO	10/11/2023
HORA SESSÃO	
HURA SESSAU	
	Sala de Licitações
LOCAL	
	– Cep: 17410-039
ENQUADRAMENTO	Ampla Concorrência
MODO DE DISPUTA	Aberto
TIPO	Menor preço global
	· · · · ·
VIGÊNCIA	Doze meses
PRAZO DE PAGAMENTO	Seis parcelas
RECURSO	Municipal
	····
	Devem ser encaminhados por e-mail licitacaoalvaro@gmail.com, até dois dias úteis antes da data da sessão de abertura das
	propostas.
ESCLARECIMENTOS	LL
	As respostas serão divulgadas, até um dia útil antes da data da
	sessão de abertura das propostas, diretamente no site
	www.alvarodecarvalho.sp.gov.br, link "Transparência>Licitação".
	www.aivarouecarvaino.sp.gov.br, iirik Transparencia>Licitação .



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL Nº 086/2023

PROCESSO Nº 151/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2023

DATA DA REALIZAÇÃO 10/11/2023

HORÁRIO 09h00m

Sala de Licitações

LOCAL Avenida Santa Cecília, nº. 596 – Centro - Álvaro

de Carvalho/SP - Cep: 17410-039

A Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho, através do Prefeito Municipal, Senhor Adilson de Oliveira Lopes, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que se acha aberta, neste unidad, licitação na modalidade pregão, na forma presencial, do tipo menor preço global, modo de disputa aberto, autuado no Processo nº 151/2023 — Pregão Presencial nº 032/2023, objetivando Contratação de empresa especializada para segurar a frota municipal, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão) e o Decreto Municipal nº 1.167/2018 (Regulamenta o pregão no município de Álvaro de Carvalho), aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 (Regulamenta as licitações e contratos), Decreto Federal nº 8.538/2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras) e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e Anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Licitação do Paço Municipal, situada à Avenida Santa Cecília, nº. 596 - Centro, neste município, iniciando-se no dia **10/11/2023**, às **09h00m** e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da municipalidade em sentido contrário.

I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, visando o Contratação de empresa especializada para segurar a frota municipal , conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5%

CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44.518.488/0001-19



- 2.1 Que tenham sido declaradas suspensas de participarem em licitação e impedidas de contratar com a Administração ou inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 2.2 Que tenham em seu quadro societário ou laboral servidores desta Prefeitura, outros agentes vinculados ao Poder Executivo ou Legislativo deste Município, inclusive da Administração indireta, bem como quaisquer pessoas que mantenham vínculos na forma do Art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/1993.
- 2.3 Não será permitida a cessão, transferência e a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão, bem como a participação de empresas em consórcio ou em processo de falência ou concordata ou que se encontre inclusa na penalidade prevista no art. 87, inciso III e IV (imposta por órgão ou entidade da Administração Pública) da Lei Federal nº 8.666/1993.

III - DO CREDENCIAMENTO

- 1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a. tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial registrado na Junta Comercial ou qualquer outro ato constitutivo de empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b. tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, emitido pelo representante da empresa, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 2 O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 3 Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4 Serão aceitos os envelopes recebidos por correio ou protocolizados antecipadamente junto ao Setor de Licitações, desde que isso ocorra antes do horário previsto para a realização da sessão pública, não havendo necessidade de representante credenciado, no entanto, a empresa estará automaticamente renunciando aos direitos consagrados àquelas empresas que estarão credenciadas.
- 5 A falta de credenciamento no início da sessão de abertura do pregão ou a ausência do credenciado em qualquer ato seguinte implicará na sua participação da licitante apenas com o valor escrito de sua proposta, não podendo fornecer lances, negociar com o pregoeiro, ou interpor recurso, em vista da necessidade legalmente estabelecida que exige manifestação imediata e motivada no curso da sessão.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação **Anexo II** e a Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte **Anexo V** e Declaração de que Aceita e Concorda com o Edital **Anexo VI** deste Edital deverão ser apresentadas fora dos Envelopes nº. 1 e 2.
- 2 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho Envelope nº. 01 – Proposta

Processo nº. 151/2023

Pregão Presencial nº. 032/2023

(nome do proponente)

Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho Envelope nº. 02 – Habilitação

Processo nº. 151/2023

Pregão Presencial nº. 032/2023

(nome do proponente)



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



3 - Quando remetidos pelo correio ou protocolizados antecipadamente junto ao Setor de Licitações, os dois envelopes exigidos no subitem anterior devidamente identificados deverão estar acondicionados em um terceiro envelope, juntamente com os documentos de credenciamento exigidos pelo item **III – Do Credenciamento**, devidamente endereçado na forma abaixo e entregues até a hora limite, determinada no preâmbulo deste edital, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO

Avenida Santa Cecília, nº. 596 – Centro – CEP: 17.410-000 – Álvaro de Carvalho/SP

Setor de Licitações

Processo nº. 151/2023 Pregão Presencial nº. 32/2023

(nome do proponente)

- 4 A Administração não se responsabilizará pelo eventual atraso na entrega dos envelopes. Ocorrendo essa situação e não sendo protocolados os envelopes no horário determinado, a empresa será desclassificada.
- 5 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- 6 Os documentos necessários para credenciamento, propostas (quando for o caso) e habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a. nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b. número do processo e do Pregão;
- c. descrição do objeto da presente licitação;
- d. preços unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licitação.
 - d.1 as propostas deverão estar preenchidas separadas por setor de atuação, conforme disposto no formulário/arquivo de proposta que compõe o Anexo I Termo de Referência.
- e. prazo de execução; (doze meses)
- f. condições de pagamento (em conformidade com item XI do presente edital);
- g. número da agência bancária e da conta corrente da empresa;
- h. prazo de validade da proposta de **no mínimo sessenta dias**.
- i. serão desclassificadas propostas com valor superior ao valor estimado pela administração municipal, com base no Inciso X, do Art. 40, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores;
 i.1 a verificação de aceitabilidade da proposta será realizada no encerramento da fase de lances e negociação.
- j. e-mail institucional e e-mail do responsável pela assinatura do contrato, bem como os dados do responsável para preenchimento do contrato.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119



CNPJ: 44.518.488/0001-19

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope nº. 02 "Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28, Lei Federal nº. 8.666/1993)

- a. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, ou outro ato constitutivo de empresa registrado em órgão competente:
- c. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- 1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art. 29, Lei Federal nº. 8.666/1993)

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c. Prova de regularidade através de certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- d. Prova de regularidade através de certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários mobiliários;
- e. Prova de Regularidade junto à Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou Certidão Conjunta RFB/ PGFN;
- f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT.
 - g.1 Serão aceitas certidões positivas, desde que cumpridas as exigências do § 2º, do Art. 642-A, do Decreto-Lei nº 5452/1943.

1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30, Lei Federal nº 8.666/93)

- a. Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com clara identificação de seu subscritor;
- b. Documento expedido pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, comprobatório de que a licitante está autorizada a operar seguro.
- c. Declaração da licitante de que está em situação regular perante à SUSEP, e em dia com suas reservas técnicas e de sinistros.
- d. Declaração da licitante relativa às suas condições de seguro registradas na SUSEP, especialmente no que toca aos seguintes benefícios: guincho sem limite de quilometragem, assistência para falha mecânica, elétrica, chaveiro e falta de combustível.

1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 31, Lei Federal nº. 8.666/1993)

a. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44.518.488/0001-19

sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, a no máximo 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de emissão dos documentos, excetuando datas de vigência diversa que conste no aludido documento.

a.1 **IMPORTANTE:** Na ausência do documento supracitado, a empresa que estiver em recuperação judicial deverá apresentar, durante a fase de habilitação, dentro do respectivo envelope, o Plano de Recuperação já homologado pelo Juiz competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital (Súmula nº. 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a. Declaração formal de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme Anexo III.
- b. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme **Anexo IV**.
- c. Dados Necessários para a Assinatura do Contrato, conforme Anexo IX;

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 2.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **sessenta dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 2.2 A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (Art. 297 e 298 do Código Penal) ou ideológica (Art. 299 do Código Penal), ou ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação, ou rescindida o Contrato.
- 2.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 2.4 Os documentos deverão ser entregues e apresentados, preferencialmente, na ordem exigida no edital.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de dez minutos.
- 2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao(à) Pregoeiro(a) a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Anexo II), declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno (Anexo V) e declaração de que aceita e concorda com o edital (Anexo VI) e, em envelopes separados, a proposta de preços (Envelope nº 01) e os documentos de habilitação (Envelope nº 02).
- 2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 3 A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a. cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b. que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a. seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;



- ESTADO DE SÃO PAULO -

Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44.518.488/0001-19



- b. não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 4.1 Para efeito de seleção será considerado o valor do item.
- 5 O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de 1% (um por cento), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preco do item.
- 7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 8.1 O(A) pregoeiro(a) convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 8.1.1 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 8.1.
- 8.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 8.1.
- 8.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 9 O(A) pregoeiro(a) poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 8.1 e 8.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8, com vistas à redução do preço.
- 10 Após a negociação, se houver, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a. substituição e apresentação de documentos ou:
- b. verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 12.1 A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a) e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

- 12.3 Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas "a" a "g" do item VI deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 12.3.1 Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada nas condições do subitem 12.3 deste item VII deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.3.2 A comprovação de que trata o subitem 12.3.1 deste item VII deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de cinco dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 13 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Recurso

- 1.1 Os recursos poderão ser apresentados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho no horário normal de expediente no prazo legal, sob pena de não serem conhecidos.
- 1.1.1 Os recursos quando apresentados na forma do item 1.1, deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, não sendo conhecidos os que forem enviados em desacordo.
- 1.1.2 Os recursos poderão ser encaminhados via correio, desde que atendam ao estabelecido no subitem 1.1.1, no entanto a Administração não se responsabilizará pelo eventual atraso na entrega. Ocorrendo essa situação e não sendo entregue até o prazo determinado, o recurso não será conhecido.
- 1.2 Os recursos poderão ser encaminhados via e-mail, desde que sejam autenticados e assinados digitalmente por certificadora devidamente autorizada, sendo facultado a Administração a verificação de autenticidade.
- 1.2.1 Os recursos deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, não sendo conhecidos os que forem enviados por qualquer outro meio que não apresentado na forma do item 1 1 e 1 2
- 1.3 Os recursos deverão estar devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados da documentação pertinente.
- 1.4 Os recursos devem ser assinados por representante legal da empresa, ou procurador, acompanhados dos seguintes documentos:
- 1.4.1 **tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e;
- 1.4.2 **tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular, do qual constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 7.6.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Adjudicação e homologação

- 5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará, homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do contrato.
- 6 Publicada a homologação do resultado, a proponente vencedora será convidada, dentro do prazo do período de validade da proposta, a comparecer em data, hora e local que forem indicados para assinatura do termo de contrato.
- 7 O prazo para comparecimento não será inferior a três dias úteis, podendo ser prorrogado a critério da administração municipal.

IX - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1 O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.
- 2 O objeto do presente contrato terá prazo de execução de doze meses.
- 3 O contrato resultante desta licitação terá prazo de vigência de doze meses, podendo ser prorrogado com base no Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/1993.

X - DA COMPROVAÇÃO DO SERVIÇOS

- 1 A comprovação dos serviços, objeto deste contrato, será atestada pelo setor competente que atestará a execução, comprovando que a execução do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato.
- 2 Constatadas não conformidades na prestação de serviço, o setor competente poderá:
- a. rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção e suspendendo o pagamento até que seja comprovada a conformidade dos serviços;
 - a.1 na hipótese de correção das não conformidade, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo indicado pelo setor competente, contados da data do recebimento da notificação por escrito;
 - a.2 na hipótese de não correção, a Contratante poderá determinar o pagamento proporcional ao serviço efetivamente comprovado, advertindo a Contratada para a aplicação das sanções, inclusive rescindindo o contrato.
- b. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou aplicação as sanções, inclusive rescindir a contratação;
 - b.1 na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo indicado pelo setor competente, contados da data do recebimento da notificação por escrito.
- c. na impossibilidade de comprovação de recebimento das notificações pela Contratada, a notificação será publicada nos meios em que houve a publicação do extrato de contrato.

XI - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - Execução dos serviços deverá ter início às 0h00m do dia da assinatura do contrato e com vigência de doze meses encerrando-se às 23h59m do respectivo dia do ano seguinte.

XII - DA FORMA DE PAGAMENTO

1 - O pagamento pela execução do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura em seis parcelas iguais, mediante apresentação de notas fiscais/faturas.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44,518,488/0001-19



- 2 As notas fiscais/faturas, que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em igual período acima.
- 3 O pagamento será feito mediante cheque nominal à Contratada ou crédito em conta em nome da Contratada, a critério da Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho.
- 4 À Contratada fica vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da fatura emitida através da rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente para a Contratante.
- 5 Para emissão das notas fiscais a Contratada deve observar o disposto na Instrução Normativa nº 1.234/2012, destacando a retenção na fonte do Imposto de Renda IR incidente sobre os pagamentos;
- a. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, a saber:
 - a.1 As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o Art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverão apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, as declarações constantes nos Anexos II, III e IV para fins de não retenção do IR na fonte.
- b. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, sob pena de não aceitação do documento fiscal.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

- 1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente Edital.
- 1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de vinte e quatro horas, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 2 A licitante que convocada para assinar o contrato, deverá fazê-lo no prazo de cinco dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração, desde que requerido pelo licitante vencedor.
- 2.1 O contrato poderá ser assinado digitalmente utilizando certificados digitais válidos e emitidos por autoridade certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP-Brasil, sendo facultado a Administração a verificação de autenticidade.
- 2.2 A licitante que convocada para assinar o contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado, decairá do direito de assinar e poderá ser penalizada nos termos da legislação, em especial o Art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 3 Colhidas as assinaturas, a Administração providenciará a publicação do extrato de contrato e, se for o caso, do ato que promover a substituição de que trata o subitem anterior.
- 4 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XII, ou se recusar a assinar o



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44.518.488/0001-19



contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

- 4.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a três dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 4.2 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Município de Álvaro de Carvalho DOM e na página eletrônica do município www.alvarodecarvalho.sp.gov.br.
- 4.3 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 9 a 14 do item VII; e 1, 2 e 6 do item VIII deste Edital.

XIV DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do município de Álvaro de Carvalho pelo prazo de até cinco anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no Art. 7º da Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002.
- 2 O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
- a. advertência por escrito;
- suspensão temporária de até cinco anos em participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3 As sanções de que tratam este item somente poderão ser aplicadas desde que garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

XV - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos licitantes presentes.
- 2.1 Recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 3- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 4 O resultado do presente certame será divulgado pelos mesmos meios em que foi realizado o chamamento das empresas.
- 5 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados na forma do Decreto Municipal nº. 1.167/2018 (Regulamenta o pregão no município).
- 6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações e Contratos, após a publicação do extrato do contrato.

Impugnação do Edital

- 7 Até dois dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 7.1 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até um dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 7.2 Os pedidos deverão ser apresentados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho, no horário normal de expediente no prazo legal, sob pena de não serem conhecidos.
- 7.2.1 Os pedidos quando apresentados na forma do item 7.2, deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, não sendo conhecidos os que forem enviados em desacordo.



- ESTADO DE SÃO PAULO -

Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44.518.488/0001-19



- 7.2.2 Os pedidos poderão ser encaminhados via correio, desde que atendam ao estabelecido no subitem 7.2.1, no entanto a Administração não se responsabilizará pelo eventual atraso na entrega. Ocorrendo essa situação e não sendo entregue até o prazo determinado, o pedido não será conhecido.
- 7.2.3 Os pedidos poderão ser encaminhados via e-mail, desde que sejam autenticados e assinados digitalmente por certificadora devidamente autorizada, sendo facultado a Administração a verificação de autenticidade.
- 7.3 Os pedidos deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, não sendo conhecidos os que forem enviados via e-mail, correio, fax ou qualquer outro meio que não apresentado na forma do item 7.2
- 7.4 Os pedidos deverão estar devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados da documentação pertinente.
- 7.5 Os pedidos devem ser assinados por representante legal da empresa, ou procurador, acompanhados dos seguintes documentos:
- 7.5.1 **tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e;
- 7.5.2 **tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular, do qual constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 7.5.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 7.6 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9 Integram o presente Edital:

Anexo I Termo de Referência;

Anexo II Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

Anexo IV Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração;

Anexo V Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VI Declaração de que Aceita e Concorda com o Edital:

Anexo VII Minuta do Contrato:

Anexo VIII Termo de Ciência e Notificação e;

Anexo IX Dados Necessários para Elaboração do Contrato.

10 – As despesas serão cobertas com recursos de dotação específicas do Orçamento Fiscal do exercício de 2023 e 2024, a saber:

021802.08.122.0019.2005.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		267;
021701.08.244.0023.2033.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		237;
021601.20.606.0038.2028.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		219;
021501.26.782.0033.2027.0000.3.3.39.00	_	Ficha	nº		211;
021301.15.452.0032.2025.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		199;
021101.12.364.0057.2023.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		193;
020604.12.361.0028.2018.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		129;
020602.12.361.0059.2015.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº	116	е
020501 10 301 0022 2012 0000 3 3 90 39 00 -	Ficha nº 73				

020501.10.301.0022.2012.0000.3.3.90.39.00 – Ficha nº 73.

11 – Fica determinado pela administração que o Fiscal do Contrato resultante do presente pregão será o Senhor Samuel de Oliveira – Chefe da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho/SP.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



- 12 As partes envolvidas consentem com a utilização dos seus dados pessoais fornecidos para a operacionalização da presente licitação e para a respectiva execução do contrato, bem como comprometem-se a observar as regras e princípios referente ao tratamento de dados pessoais estabelecidos no Art. 5°, inciso em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados LGPD.
- 13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Garça/SP.

Álvaro de Carvalho/SP, 26 de Outubro de 2023.

Adilson de Oliveira Lopes

Prefeito Municipal



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO I Termo de Referência

REFERENTE: Processo nº. 151/2023

Pregão Presencial nº. 32/2023

1 – **OBJETO**: Contratação de empresa especializada para segurar a frota municipal, conforme especificações constantes neste anexo.

2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

No Anexo I – Parte II encontra-se a relação da frota municipal a ser considerada nesta contratação. A vigência atual dos seguros da frota municipal expira às 0h00m do dia 15 (Quinze) do mês de Novembro de 2023.

3 - META FÍSICA:

Contratação do seguro objeto deste certame para trinta e seis veículos, conforme Anexo I – Parte II.

4 – PERÍODO DE EXECUÇÃO:

A apólice terá sua vigência de doze meses, sempre iniciando a 0h00m do dia de sua expedição. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data da retirada da assinatura do contrato.

5 - CONDICÕES GERAIS

Valor de Mercado Referenciado

Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br.

Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 **(noventa)** dias a contar data de seu recebimento pelo município, independentemente da quilometragem rodada no período.

Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

Da Apólice

A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.

Deverá constar na apólice:

- a. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5%

CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119



- CNPJ: 44.518.488/0001-19 Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- d. Prêmios discriminados por cobertura.

a. Danos Materiais (DMT)

A garantia de reembolso, assumida pela Seguradora, no tocante a reclamação de terceiros, decorrentes de danos às suas propriedades, desde que a responsabilidade pelo evento seja assumida pelo segurado ou sua culpa seja civilmente comprovada e encontre amparo securitário nas condições do seguro contratado.

b. <u>Danos Corporais (DC)</u>

Tem por finalidade a garantia de reembolso **(ou indenização)**, assumida pela Seguradora, no tocante a reclamações por danos causados à integridade física de terceiros. Classificam-se em: Invalidez Permanente (IP); Morte (M); e Despesas Médico-hospitalares (DMH).

A cobertura de Danos Corporais responde pela parte da indenização que exceder o limite das coberturas do Seguro Obrigatório DPVAT.

c. Danos Morais (DMO)

Entende-se por dano moral aquele que, embora não ocasione perda econômica, cause ofensa à personalidade desencadeando trauma psíquico, trazendo como consequência ofensa à honra, ao afeto, à liberdade, à profissão, ao respeito aos mortos, à psique, a saúde, ao nome, ao crédito, ao bem-estar e à vida.

Esta cobertura garante o reembolso de despesas que o segurado for obrigado a fazer com terceiros, em decorrência de risco coberto e pelas quais venha a ser responsável civilmente, em sentença transitada em julgado ou em acordo judicial, autorizado de modo expresso pela Seguradora e dentro do limite máximo de indenização estipulado na Cobertura de Dano Moral contratada.

Bônus, quando houver, observando o disposto no item **Bônus**, abaixo.

Franquia aplicável, observando o disposto no item Franquia, abaixo.

A apólice deverá ser disponibilizada para a Contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de quinze dias, a contar da emissão da nota de empenho.

Após a disponibilização da referida apólice, a Contratante terá o prazo de até quinze dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de até quinze dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela Contratante.

A inclusão e/ou correções tratada no parágrafo anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pela Contratante.

O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

Da Avaria

Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119



CNPJ: 44.518.488/0001-19

Após procedimento de recuperação pela Contratante, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item **Vistoria Prévia**, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

Do Aviso de Sinistro

A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, vinte e quatro horas por dia durante sete dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, cinco dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de sessenta minutos, após o aviso de sinistro.

Dos Bônus

A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos no Anexo I – Parte II.

A bonificação estabelecida no Anexo I – Parte II foi obtida, por meio de adição de uma unidade à bonificação das atuais apólices.

Do Endosso

Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos respectivos.

Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de quinze dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

O pedido de endosso referente às secretarias estaduais, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pela Contratante.

Os veículos das secretarias estaduais que não fazem parte desta contratação, conforme relação constante do Anexo I – Parte II, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

Da Franquia

A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

a. A franquia deverá ser equivalente a 5% do valor da Tabela FIPE.



- ESTADO DE SÃO PAULO -

Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119

CNPJ: 44.518.488/0001-19



- b. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (**prêmio**).
- c. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
- d. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 100,00 (cem reais), não sendo cumulativas com a franquia.
- e. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- f. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços.

<u>Salvados</u>

Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

É de inteira responsabilidade da Contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da Contratada junto aos órgãos pertinentes.

Dos Sinistros

Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela Contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- b. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- c. Raios e suas consequências.
- d. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- g. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
- h. Em casos de que trata o "g", a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- i. Granizo.
- j. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- k. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens específicos.
- I. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF Danos Pessoais).
- m. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a. Chaveiro;
- b. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Contratante sem limite de quilometragem **(guincho)**;



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119



CNPJ: 44.518.488/0001-19

- c. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo, sem limite de quilometragem **(taxi)**;
- d. Carro reserva por quinze dias.

Da Vistoria Prévia

A licitante poderá, a seu critério, vistoriar os veículos a serem segurados até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário até o segundo dia útil anterior à data da abertura da sessão deste certame, junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento.

Regulação de Sinistro

Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de cinco dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a Contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da Contratante.

Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Contratante, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a trinta dias do aviso de sinistro.

Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

Da Indenização

Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

Da Indenização Integral

Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

Do Questionário de Avaliação de Risco

Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.

Os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

Diante das informações fornecidas acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

Da Inclusão e Substiruição

Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

A devolução deverá ser realizada mediante recolhimento em favor da Contratante de guia emitida, devidamente quitada.

Caberá a Contratante, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a Contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO I Parte II

TABELA - FROTA DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS:

Item	Veículo	Placa	Combustí vel	Ano/ Modelo	Classe de Bônus *	RENAVAM
01	Renault Master	FPB3H92	Diesel	2022/2023	(0)	01294665836
02	Toyota Corolla	BYX4364	Flex	2019/2020	(0)	01208648125
03	Renault Master	BZF3898	Gasolina	2018/2019	(0)	01174704141
04	Citroen Jumper	DBA2728	Diesel	2013/2014	(0)	01000423821
05	Fiat Ducato	DJM7257	Diesel	2013/2014	(0)	00587724480
06	Volkswagen Gol	FZK8679	Flex	2017/2018	(0)	01121498440
07	Volkswagen Saveiro	GIH6897	Flex	2017/2018	(0)	01135922885
08	Renault Master	EXL8D12	Diesel	2022/2023	(0)	01297615511
09	Fiat Mobi	GGL0B63	Flex	2022/2023	(0)	01317629628
10	Renault Master	ECX5H27	Diesel	2021/2022	(0)	01279760165
11	Renault Kwid	DAP3G11	Flex	2022/2023	(0)	01290772085
12	Iveco Daily	FZB9I23	Diesel	2022/2023	(0)	01323030902
13	Renault Kwid	CSS6H01	Flex	2022/2023	(0)	01290774363
14	Citroen C3	CUN4D23	Flex	2023/2024	(0)	01361008030
15	Volkswagen Gol	FVO4280	Gasolina	2015/2016	(0)	01053233970
16	Mercedes Benz 916	GJY2H14	Diesel	2022/2023	(0)	01301631385
17	Volkswagen 15.190	GAA3G46	Diesel	2020/2021	(0)	01246348249
18	Mercedes Benz 916	GAA3G36	Diesel	2019/2020	(0)	01228501871
19	Volkswagen Mid Gran Rural	FNU9464	Diesel	2014/2014	(0)	01035271475
20	Scania Marco Polo	BUS5E22	Diesel	2003/2003	(0)	00808930273
21	Volkswagen 24.260	CEX8J35	Diesel	2022/2022	(0)	01294285413
22	Mercedes Benz Atron 1319	FRO4521	Diesel	2014/2014	(0)	01007330314
23	Mercedes Benz Atron 2324	FTU0874	Diesel	2014/2014	(0)	01012556988
24	International 4400P7	FTF5493	Diesel	2014/2014	(0)	01010822710
25	Retroescavadeira XCMG		Diesel	2022/2022	(0)	
26	Rertoescavadeira JCB		Diesel	2013/2013	(0)	
27	Pá Carregadeira XCMG		Diesel	2022/2022	(0)	
28	Trator Agrícola New Holland 7630		Diesel	2022/2022	(0)	
29	Moto Niveladora New Holland RG 140B		Diesel	2014/2014	(0)	



- ESTADO DE SÃO PAULO -

Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-039 - Fone: (14) 3484-1119





30	Trator New Holland TL5.80		Diesel	2022/2022	(0)	
31	Trator Agrícola Massey Fergusson		Diesel	1998/1998	(0)	
32	Mitsubishi Triton MMC/L200	GHO6E87	Diesel	2022/2023	(0)	01296899737
33	Fiat Uno Mille	DBA9848	Gasolina	2004/2004	(0)	00822257424
34	Trator Husqvarna		Gasolina	2020/2020	(0)	
35	Fiat Cronos	FJG0A62	Flex	2023/2023	(0)	01362204681
36	Citroen Aircross	BZF0183	Flex	2018/2019	(0)	01194152730

Samuel de Oliveira

Chefe da Fiscalização

Adilson de Oliveira Lopes Prefeito Municipal



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO II Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

DECLARAÇÃO

<u>KEFEKENTE:</u>	Processo nº	. 151/2023			
	Pregão Pres	sencial nº. 032/20	023		
	•				
(NOME DA EM	(IPRESA)				CNPJ
			endereço comple		
			urador) Sr		
			is da lei, que ate		
de habilitação d			ao Pregão Prese	•	•
,			Ü		
		Loca	l e Data		
		Nomo Cara	o e Assinatura		

Razão Social da Empresa



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO III Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho

DECLARAÇÃO

REFERENTE: Processo nº. 151/2023 Pregão Presencial nº. 032/2023	
, inscrito no CNPJ nº, intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei nº. 8.666/1993, de 21 de ju de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empremenor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que não empremenor de dezesseis anos.	ega
Ressalva caso emprega menor: emprega menor a partir de quatorze anos na condição aprendiz ()) de
Local e Data	
Nome, Cargo e Assinatura Razão Social da Empresa	



REFERENTE: Processo nº. 151/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO

- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO IV

Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração

DECLARAÇÃO

		Pregão	Presenci	ial nº. 032/2023				
(NOME	E DA	EMPRE:	SA)					
CNPJ	nº			, sediada à	(endereço	completo)		
por	meio	de	seu	representante , Cl	Ì legal PF nº.	(ou	procurador) Sr
sua ha	abilitaçã	•	esente pi	, que até a pres rocesso licitatório			•	•
				Local e D	ata			
				 Nome, Cargo e <i>P</i> Razão Social da				



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO V Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

DECLARAÇÃO

	Processo nº. 151/2023
F	Pregão Presencial nº. 032/2023
A empresa	, CNPJ nº.
	, declara à Prefeitura Municipal de Álvaro de
como Microemp Complementar no	a fins de participação no Pregão Presencial nº. 032/2023, que se enquadra resa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei P. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a exercer o direito de critério de desempate.
	Local e Data
	Nome, Cargo e Assinatura
	Razão Social da Empresa



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO VI Declaração de que Aceita e Concorda com o Edital

REFERENTE: Processo nº. 151/2023
Pregão Presencial nº. 032/2023
, CNPJ nº.
, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA
para todos os fins de direito que recebeu todos os documentos, tomou conhecimento,
aceita e concorda integralmente, sem restrições, com todas as condições do edital e seus
anexos. DECLARA , do mesmo modo, ter recebido, de forma tempestiva e satisfatória, as
informações e os esclarecimentos que julga necessários e que possam, de qualquer forma,
influir sobre o custo, apresentação de documentos, preparação de propostas e execução do
objeto da presente licitação.
Local e Data
20041 0 2414
Nome, Cargo e Assinatura
Razão Social da Empresa



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO VII Minuta do Contrato

CONTRATO	Νo		'
CONTINATO		/	

PROCESSO Nº 151/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2023

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado a Prefeitura do Município de Álvaro de
Carvalho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 44.518.488/0001-19,
com sede à Avenida Santa Cecília, 596, na cidade de Álvaro de Carvalho/SP, neste ato
representada pela Prefeito Municipal, Senhor Adilson de Oliveira Lopes, de ora em diante
denominada Contratante, e a Empresa, inscrita no CNPJ sob
nº, com sede à, na cidade de
, neste ato representada pelo Sr, de ora em diante
denominada Contratada, por força do Pregão Presencial nº 032/2023 e sua homologação e
adjudicação, têm entre si como justos e acordados a celebração do presente contrato, mediante
cláusulas e condições seguintes:

1 - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada para segurar a frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo I.

2 - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para todos os efeitos legais e melhor caracterização do fornecimento, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:
- 2.1.1 Edital do Pregão Presencial nº 032/2023 e Anexo I Termo de Referência;
- 2.1.2 Proposta da Contratada e;
- 2.1.3 Ata de Julgamento.
- 2.2 Os documentos referidos em 2.1, são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 - DA VIGÊNCIA

- 3.1 O presente contrato terá vigência de doze meses, a partir da assinatura contratual.
- 3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 3.3 A Contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o item anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pela Contratante em até noventa dias antes do vencimento do prazo de vigência.
- 3.4 Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.
- 3.5 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Contratante não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.6 Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o Contratante e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5%

CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



- 3.7 Não obstante ao prazo estipulado no item 3.1, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.
- 3.8 Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no item 3.7, a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

4 – DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 4.1 O preço total para a prestação de serviços do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da contratada, o qual totaliza o valor de :...... (.......), conforme Anexo I deste contrato.
- 4.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídas no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da contratada, conforme previsto no edital.
- 4.3 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de dotação específicas do Orçamento Fiscal do exercício de 2023 e 2024, a saber:

021802.08.122.0019.2005.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		267;
021701.08.244.0023.2033.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		237;
021601.20.606.0038.2028.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		219;
021501.26.782.0033.2027.0000.3.3.39.00	_	Ficha	nº		211;
021301.15.452.0032.2025.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		199;
021101.12.364.0057.2023.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		193;
020604.12.361.0028.2018.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	nº		129;
020602.12.361.0059.2015.0000.3.3.90.39.00	_	Ficha	n ^o	116	е
020501 10 301 0022 2012 0000 3 3 90 39 00 -	Ficha nº 73.				

5 - DA COMPROVAÇÃO DO SERVICOS

5.1 - Execução dos serviços deverá ter início às 0h00m do dia da assinatura do contrato e com vigência de doze meses encerrando-se às 23h59m do respectivo dia do ano seguinte.

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento pela execução do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura em seis parcelas iguais, mediante apresentação de notas fiscais/faturas.
- 6.2 As notas fiscais/faturas, que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em igual período acima.
- 6.3 O pagamento será feito mediante cheque nominal à Contratada ou crédito em conta em nome da Contratada, a critério da Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho.
- 6.4 À Contratada fica vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da fatura emitida através da rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente para a Contratante.
- 6.5 Para emissão das notas fiscais a Contratada deve observar o disposto na Instrução Normativa nº 1.234/2012, destacando a retenção na fonte do Imposto de Renda IR incidente sobre os pagamentos;
- a. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, a saber:
 - a.1 As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o Art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119



CNPJ: 44.518.488/0001-19

Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverão apresentar aos órgãos e entidades contratantes,

respectivamente, as declarações constantes nos Anexos II, III e IV para fins de não retenção do IR na fonte.

b. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, sob pena de não aceitação do documento fiscal.

7 - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - A Contratada não poderá transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da contratante, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

8 - DAS RESPONSABILIDADES

- 8.1 À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:
- I zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com a CONTRATANTE:
- III cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- IV manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- V dar ciência imediata e por escrito a CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- VI prestar a CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
- VII responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- VIII responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- IX A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 8.2 À CONTRATANTE cabe, além das obrigações constantes no Termo de Referência:
- I exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato:
- III efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.
- V A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da CONTRATANTE.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



VI – A ausência de comunicação, por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no Anexo I do Edital.

9 - DAS PENALIDADES

- 9.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do município de Álvaro de Carvalho pelo prazo de até cinco anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no Art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 9.2 O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
- a. advertência por escrito;
- b. suspensão temporária de até cinco anos em participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3 As sanções de que tratam este item somente poderão ser aplicadas desde que garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

10 - DA RESCISÃO

- 10.1 A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 10.2 A rescisão do contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no Art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 10.3 Se a rescisão da avenca se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, a Contratada sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a dez por cento do valor do contrato.
- 10.4 A rescisão somente será formalizada após garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes no fornecimento contratado, isentando esta última de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.
- 11.2 Aplicam-se a este contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela administração pública.

12 - DA TOLERÂNCIA

12.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

13 - DOS DADOS

13.1 - As partes envolvidas consentem com a utilização dos seus dados pessoais fornecidos para a operacionalização da presente licitação e para a respectiva execução do contrato, bem como comprometem-se a observar as regras e princípios referente ao tratamento de dados pessoais estabelecidos no Art. 5º, inciso em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



14 - DA FISCALIZAÇÃO

14 - O Fiscal do Contrato designado neste ato, será o Sr. Samuel de Oliveira – Chefe da Fiscalização do município de Álvaro de Carvalho, para acompanhamento da execução do objeto, e pelo atestado de cumprimento da efetiva despesa e das obrigações inerentes a este instrumento.

15 - DO FORO

15.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Garça/SP.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO
CONTRATANTE
ADILSON DE OLIVEIRA LOPES
Prefeito Municipal



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO VIII Termo de Ciência e Notificação

Contratante
Contratada

Contrato nº

Objeto
Contratação de empresa especializada para segurar a frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico:
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

	Alvaro de Carvalho/SP,de	de 2023.
Autoridade Máxima do Órgão/Ent	idade	
Nome		
Cargo		
CPF		
Responsável pela Homologação o	do Certame ou Ratificação da Dispensa/ Ine	xigibilidade de
Licitação		
Nome		
Cargo		
CPF		
Δssinatura		



- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo Contratante:	
Nome	
Cargo	
CPF	
Assinatura	
Pela Contratada:	
Nome	
Cargo	
CPF	
Assinatura	
Ordenador de Despesa	da Contratante
Nome	
Cargo	
CPF	
Assinatura	
Gestor do Contrato	
Nome	
Cargo	
CPF	
Assinatura	
Demais Responsáveis	
Nome	
Cargo	
CPF	
Assinatura	



REFERENTE: Processo nº. 151/2023

Pregão Presencial nº. 032/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO

- ESTADO DE SÃO PAULO -Avenida Santa Cecília, nº. 5% CEP: 17410-000 - Fone: (14) 3484-1119 CNPJ: 44.518.488/0001-19



ANEXO IX Dados Necessários para Assinatura da Ata

Contratada
Razão Social
CNPJ
Endereço
e-mail Institucional
Telefone
Nome do Representante (Responsável pela assinatura do Contrato)
Cargo
CPF
RG (órgão expedidor)
Data de Nascimento
Endereço Residencial Completo
e-mail Pessoal
Telefone